



escola de **gestores**
da educação básica

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS– UFMG
CAMPUS DE BELO HORIZONTE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: CAMINHOS PARA A MELHORIA
DA QUALIDADE DE ENSINO**

ISOLINA RODRIGUES CARNEIRO

**Belo Horizonte (MG)
2015**

Isolina Rodrigues Carneiro

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: CAMINHOS PARA A MELHORIA
DA QUALIDADE DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob a orientação de Eliandra da Costa Mendes.

**Belo Horizonte (MG)
2015**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS– UFMG
CAMPUS DE BELO HORIZONTE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: CAMINHOS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO

Elaborada por
Isolina Rodrigues Carneiro

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.*

Orientadora Eliandra da Costa Mendes (orientadora) – UFMG

Belo Horizonte, 21 de março de 2015.

Às professoras Eliandra e Grazielle pelo apoio, orientação e incentivo que tornaram possível a realização do curso.

Aos demais professores pelo estímulo e orientação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, o grande arquiteto do Universo por me possibilitar chegar até aqui. Agradeço aos professores pelas orientações e conhecimentos adquiridos.

Agradeço ao meu esposo Ariovaldo pela compreensão, ao meu filho Afonso e as meninas Gabriela e Renata pelo amor, estímulo e carinho.

“Há homens que lutam um dia e são bons; há outros que lutam um ano e são melhores; há aqueles que lutam muitos anos são muito bons; mas há os que lutam por toda a vida; esses são imprescindíveis.”

Bertold Brecht

RESUMO

O presente artigo destina-se a fazer uma análise crítica dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, como estratégia para a promoção da qualidade do ensino na Escola Municipal Ângelo Ricardo, situada no município de Frutal(MG). Através de pesquisa documental e bibliográfica buscou-se retratar aqui o momento atual vivido na instituição e refletir acerca do conceito de avaliação da aprendizagem exposto no Projeto Político Pedagógico da instituição. Busca-se num primeiro momento, explanar teoricamente o conceito de Avaliação, para que concomitantemente se explique o tema em questão. Ao longo do estudo foi possível evidenciar o importante papel desempenhado pelo gestor escolar na busca pela constituição de um espaço democrático e com práticas avaliativas não excludentes.

PALAVRAS - CHAVE: Avaliação da Aprendizagem, Escola, Gestor Escolar

Sumário

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar. 3

1. INTRODUÇÃO	8
2. O ENSINO NA ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO RICARDO.....	10
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17
5. ANEXO: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Ângelo Ricardo.....	19
Portaria nº 03/07 de 12/05 - Portaria nº 721/01 de 30/08/01.....	70
Educação Infantil / Ensino Fundamental.....	70
Ano Letivo: 200 dias - 1º semestre: 100 / 2º semestre: 100.....	70
Março – 19 dias	70
Maio – 21 dias	70
Junho – 08 dias.....	70
MATRIZ CURRICULAR 2014 - EDUCAÇÃO INFANTIL	72
OBSERVAÇÕES.....	72
ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO RICARDOMATRIZ CURRICULAR 2014 - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	73
OBSERVAÇÕES.....	73
MATRIZ CURRICULAR 2014 – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	74
LEGENDA	74
COMPONENTES CURRICULARES.....	74
AULAS SEMANAIS E CARGA HORÁRIA.....	74

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, inúmeras questões têm sido debatidas sobre a avaliação no contexto escolar. Talvez por ser um dos aspectos geradores de controvérsia na prática pedagógica, e o mesmo vem sofrendo transformações ao longo dos anos, no sentido de se obter um processo mais igualitário e menos excludente.

O termo avaliação provém etimologicamente de dois outros termos latinos: prefixo a e verbo valere, que significa “dar preço a”, “dar valor a”, em síntese, atribuir qualidade a. Diante disso, compreende-se que a avaliação é sempre uma atribuição de qualidade a alguma coisa, experiência, situação, ação, vale dizer, o ato de avaliar reflete sempre sobre alguma coisa que existe extensiva e quantitativamente.

Comumente, quando se faz referência ao termo avaliação, o primeiro significado que se atém a cabeça, é o ato de se obter um resultado. No campo educacional, quando se fala em avaliação, o aluno logo se remete a obtenção de uma Nota. É fato que o ser humano constantemente passa pelo processo de avaliação em diferentes circunstâncias: seja no trabalho, em casa, nas escolas. O que difere o ato de avaliar em cada um desses ambientes é a forma como tal avaliação é realizada.

Embora muitos autores defendam o propósito de uma democratização no processo avaliativo, alguns profissionais da educação ainda se mantêm focados na avaliação como atribuição de valores, o que faz com que o aluno se aterrorize no período das avaliações bimestrais e as denominadas provas se tornem verdadeiros monstros. Tal afirmação, encontra-se agregada aos resquícios da Escola Tradicional, que desde as épocas mais remotas, baseava o método avaliativo apenas na obtenção de notas, o que tornava o ambiente escolar um meio classificatório e excludente, conforme afirma Jussara Hoffmann (2009) *este sistema é vago, uma vez que apenas aponta falhas no processo de aprendizagem. Além de discriminar e selecionar, reforça a ideia de uma escola para poucos*. E isso não condiz com o sistema das atuais legislações educacionais, que garante o acesso e permanência de todos os alunos nas escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, 9394/96, em seus artigos 12, 13 e 14 salientam que:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I– elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II– administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III– assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV– velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V– prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI– articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII– informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- VIII– notificar ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I– participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II– elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV– estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V– ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI– colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I– participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II– participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Com base nos artigos da LDB, percebe-se com clareza, que é papel e função da escola zelar e garantir a aprendizagem de todos os alunos e incumbe primordialmente o professor da verificação da aprendizagem escolar, pregando uma avaliação cumulativa e contínua, onde se baseia na sobreposição do qualitativo sobre o quantitativo. Contudo, na prática, nem sempre é isso que se evidencia, inclusive nos exames nacionais, citando nesse caso o ENEM, cujo próprio termo EXAME já atribui um valor quantitativo, gerando controvérsias. Será que esses programas de avaliação refletem a realidade de cada unidade educacional? Ou servem apenas para segregar muitos estudantes?

Considerando o tema Avaliação da Aprendizagem, esse trabalho se propõe a fazer uma abordagem histórica e uma análise crítica do eixo do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Ângelo Ricardo, que trata sobre o processo de avaliação, ressaltando o método utilizado no processo avaliativo, bem como as estratégias de ensino traçadas pela instituição no sentido de se garantir o êxito no contexto educacional.

2. O ENSINO NA ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO RICARDO

A Escola Municipal Ângelo Ricardo, situada no município de Frutal, Minas Gerais tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Frutal, Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Regional de Ensino, 39ª SRE – Uberaba/ Minas Gerais. A escola conta atualmente com 146 alunos distribuídos nas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º Ano.

A pecuária e a agricultura são atividades exclusivas do público atendido pela escola, e as famílias possuem nível socioeconômico misto, pois os alunos são filhos de funcionários e proprietários que vivem em propriedades que circundam a região.

A Escola Municipal Ângelo Ricardo embasada nas legislações educacionais prioriza a educação como direito social, encarando-a como requisito capaz de proporcionar ao ser humano, maior possibilidade de conhecimento das causas sociais, que afetam o seu cotidiano, como também uma forma de ascensão social. Tanto a gestora da escola como todo o corpo docente realizam um trabalho pautado na melhoria da qualidade do ensino e isso perpassa pelas avaliações escolares, que são fatores determinantes para apontar o sucesso da escola, bem como, uma forma de reavaliar a prática pedagógica e encontrar alternativas capazes de melhorar o rendimento dos educandos.

Nesse sentido, Luckesi (1993) defende que ensinar não é somente informar, é formar:

dentro dessa perspectiva, o educando não deve ser considerado, pura e simplesmente, como massa a ser informada, mas sim como sujeito, capaz de construir-se a si mesmo, através da atividade desenvolvendo seus sentidos, entendimentos, inteligência. (LUCKESI, 1993, p. 118)

A partir dessa premissa, a escola busca formar um ser dotado de autonomia e criticidade capaz de reconhecer seus direitos e deveres e ainda fundamentada numa aprendizagem sólida.

Valorizar o aprendizado como instrumento forte, capaz de provocar mudanças e transformações em seu entorno, é o verdadeiro papel de toda instituição escolar, e aí entra a figura central do gestor escolar que deve ter como foco a dimensão pedagógica, capaz de provocar tais mudanças.

Torna-se necessário identificar todos os mecanismos da escola, bem como o perfil de sua clientela, quem são os alunos, suas reais necessidades, bem como a circunstância

de suas vidas. E ainda, conseguir mobilizar os professores para que eles enxerguem os alunos como seres em formação e únicos, cada um com seu tempo próprio e espaço diferente de aprendizagem. Fundamental também reconhecer que o aluno carrega dentro de si uma gama de expectativas, que tanto pode ser positiva, ou não, depende da forma como ele é visto e tratado pelos educadores. Se o aluno reconhece segurança, firmeza e confiança ele pode se tornar detentor do conhecimento, instrumento capaz de transformar e melhorar a vida em sociedade.

2.1. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Ângelo Ricardo

De modo a atingir os objetivos do presente estudo, foi realizada uma análise do Projeto Político Pedagógico da escola em questão, o qual foi elaborado coletivamente por toda a comunidade escolar e nele estão sintetizadas orientações e diretrizes relacionadas ao tema avaliação da aprendizagem.

O presente estudo visa retratar o momento atual vivido na instituição, bem como todo o processo envolvendo a avaliação, mostrando ainda que ela é um poderoso e forte instrumento e subsídio para verificar o sucesso da Escola, do aluno, do professor e aponta caminhos no sentido de rever e reorientar a prática pedagógica.

Em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, a avaliação da aprendizagem deve ser contínua, priorizando a qualidade e o processo de aprendizagem, ou seja, o desempenho do aluno ao longo do ano letivo, e não apenas ser medida por provas ou trabalhos. A LDB recomenda o uso de diferentes mecanismos para avaliar a aprendizagem do educando.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica:

O Conselho Nacional de Educação, em mais de um parecer em que a avaliação da aprendizagem escolar é analisada, recomenda, aos sistemas de ensino e às escolas públicas e particulares, que o caráter formativo da aprendizagem escolar deve predominar sobre o quantitativo e classificatório. A este respeito, é preciso adotar uma estratégia de progresso individual e contínuo que favoreça o crescimento do estudante, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar. (MEC, 2013, p.52)

Pensando positivamente e acreditando que cada educando é um ser dotado de particularidades e grandes possibilidades, cabe ao professor fazer uma análise direta e observação diária do aluno, encarando a prova escrita como parte de uma formalidade do sistema educacional e que apesar de obrigatória, por si só, não mede o resultado da

aprendizagem. Torna-se essencial verificar as circunstâncias de vida e o cotidiano da sala de aula, pois só a avaliação não é instrumento para medir a aprendizagem.

Contudo, parece inacreditável que em pleno século XXI, ainda há professores que encaram a avaliação como um grande instrumento de poder em suas mãos, e dessa forma ainda são capazes de provocar medo e insegurança nos educandos. A avaliação precisa ser o norte orientador de uma aprendizagem significativa. O educando deve enxergá-la como uma possibilidade de muitos avanços e sucessos.

Segundo Luckesi (2001), muitas escolas na atualidade ainda operam com mecanismos de verificação e não com avaliação da aprendizagem:

O termo verificar provém etimologicamente do latim – *verum facere* – e significa ‘fazer verdadeiro’. Contudo, o conceito verificação emerge das determinações da conduta de, intencionalmente, buscar ‘ver se algo é isso mesmo...’, ‘investigar a verdade de alguma coisa...’. O processo de verificar configura-se pela observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações que delimitam o objeto ou ato com o qual se está trabalhando. A verificação encerra-se no momento em que o objeto ou ato de investigação chega a ser configurado, sinteticamente, no pensamento abstrato, isto é, no momento em que se chega à conclusão que tal objeto ou ato possui determinada configuração. (LUCKESI, 2001, p.92)

Com base na afirmação acima, ainda se pode ter notícias de que no interior de muitas escolas brasileiras, a atribuição do desempenho ruim de um aluno está intimamente ligado às suas notas, não considerando o aluno como um ser que muitas vezes está cheio de problemas e no dia da prova mostrou toda a sua fragilidade. Cabe aí a intervenção do gestor escolar propondo ações e medidas no sentido de mostrar aos professores que o aluno é um ser humano único, em permanente desenvolvimento, e ao mesmo tempo cheio de fragilidades e uma prova escrita não deve ser o único instrumento para revelar a aprendizagem do aluno. Isso pode de fato, massacrá-lo para a vida toda.

Encarar a avaliação sob a perspectiva de verificação é um processo que em nada acrescenta aos alunos, pois pode causar danos ao estudante, uma vez que impede a aprendizagem e ainda impõe receio, medo e traumas. É preciso destacar a avaliação como um importante subsídio como prática diagnóstica e inclusiva. O aluno precisa ser tratado em sua essência humana.

Em entrevista concedida a Revista Nova Escola, Cipriano Carlos Luckesi, afirma:

A maioria das escolas promove exames, que não são uma prática de avaliação. O ato de examinar é classificatório e seletivo. A avaliação, ao contrário, diagnóstica e inclusiva. Hoje aplicamos instrumentos de qualidade duvidosa: corrigimos provas e contamos os pontos para concluir se o aluno será aprovado ou reprovado. O processo foi concebido para que alguns estudantes sejam incluídos e outros,

excluídos. Do ponto de vista político-pedagógico, é uma tradição antidemocrática e autoritária, porque centrada na pessoa do professor e no sistema de ensino, não em quem aprende. (LUCKESI, 2006)

É oportuna e necessária a atuação dos gestores educacionais no sentido de analisar as práticas de avaliação em suas escolas e numa perspectiva democrática definir e implementar os parâmetros da avaliação, juntamente com toda equipe escolar, tendo em vista que a avaliação da aprendizagem não possui uma finalidade, ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido. Os conselhos de classe são parte importante desse processo reflexivo e diagnóstico da escola, pois oportuniza todo o coletivo da escola a buscar novos caminhos e estratégias para uma prática pedagógica inovadora, capazes de sanar as dificuldades dos alunos.

Adotar significativas mudanças no Projeto Político Pedagógico da escola é um dos pilares constitutivos para a melhoria dos instrumentos de avaliação, é inaceitável um PPP em linha tradicional, daqueles que expressam que “o aluno está pronto”, daí as provas serem rígidas e pontuais. O ser humano é inacabado e dessa forma o PPP precisa ter flexibilidade e tratar a avaliação como instrumento de coleta de dados, e acreditar que a avaliação deve ter a função de potencial transformador. Nisso constitui como essencial a figura central do gestor democrático, que deve ter como foco a aprendizagem, que é o alicerce indispensável e condição básica para o exercício pleno da cidadania.

De acordo com Hoffmann (2001):

Ora, sem dúvida, esses deveriam ser momentos importantes das instituições: professores de todas as disciplinas, supervisores, orientadores, diretores (em algumas escolas, os alunos) reunidos para conversar, trocar ideias, sugerir alternativas às dificuldades de todos! (...) Ao contrário, reduzem-se à apresentação de notas ou conceitos dos alunos e seleção de pareceres finais dentre um rol já estabelecido pela escola. (HOFFMANN, 2001, p. 106)

Tendo como embasamento a RESOLUÇÃO Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2013, da Secretaria Municipal de Educação e demais legislações educacionais, os procedimentos e instrumentos utilizados pelo estabelecimento de ensino para avaliar, acompanhar e intervir pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos busca mostrar com transparência, o que é esperado do aluno em relação a sua aprendizagem e aos métodos utilizados pela escola, para detectar informações sobre a vida escolar, pois a avaliação revela o sucesso do aluno e ao mesmo tempo mostra com clareza todas as ações desenvolvidas pela instituição.

A Escola Municipal Ângelo Ricardo contempla a avaliação como diagnóstica realizada no início de cada ano letivo com a finalidade de nortear toda a prática pedagógica. A avaliação processual acontece continuamente e no decorrer de todo o ano letivo objetivando mostrar os avanços, as possibilidades de aprendizagem, bem como as dificuldades dos alunos. Importante falar da avaliação dinâmica que funciona como um detector de metas, pois utiliza diferentes instrumentos e procedimentos para melhor conhecimento do aluno em todos os aspectos cognitivos e emocionais. A avaliação problematizadora tem o propósito de investigar o desenvolvimento e a necessidade do educando para a intervenção pedagógica e ainda serve de parâmetro para a reflexão do professor sobre sua prática pedagógica.

Sobre a avaliação da aprendizagem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, salientam que:

Art. 47. A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político.

§ 1º A validade da avaliação, na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual. § 2º Em nível operacional, a avaliação da aprendizagem tem, como referência, o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios definidos para a Educação Básica, redimensionados para cada uma de suas etapas, bem assim no projeto político-pedagógico da escola.

§ 3º A avaliação na Educação Infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental.

§ 4º A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas. (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013, p. 76)

De acordo com as Diretrizes e o que é realizado na escola em questão, o caráter formativo tem prevalência sobre os aspectos quantitativos, pois a escola adota estratégia de progresso individual e contínuo que beneficia o desenvolvimento do estudante explorando as suas potencialidades. A avaliação assegura o desenvolvimento do aluno nos aspectos do replanejamento didático, cujo objetivo é a garantia do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, e ainda oferece informações ao aluno quanto ao seu desempenho ou em relação aos objetivos do currículo, fornece subsídios para o

planejamento dos estudos de recuperação paralela, levando em conta as dificuldades dos alunos.

Orientados pela diretora e supervisora, os professores utilizam diferentes procedimentos no processo de avaliação da escola, pensando sempre na preservação da qualidade necessária para a formação do educando. A criatividade e o senso crítico é sempre levado em conta no processo da avaliação.

Sob o prisma de uma gestão democrática, e como direito estabelecido por lei os resultados das avaliações são apresentados aos pais ou responsáveis, por meio de reuniões com a participação dos docentes e equipe gestora, em até três dias após o encerramento de cada um dos quatro bimestres. Toda comunidade participa desse processo e as famílias têm inteira liberdade de emitir opiniões, sugestões e críticas acerca do processo avaliativo.

A avaliação na Educação Infantil se dá mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Entende-se através do exposto, que a Avaliação da aprendizagem na Escola Ângelo Ricardo, se destaca como um conjunto de conhecimentos imprescindíveis no cotidiano escolar, porém, considera os conhecimentos oriundos dos alunos, fazendo com que o mesmo não seja mero receptor de conteúdos e sim, sujeito ativo do processo ensino aprendizagem, tendo sempre em vista, as particularidades e dificuldades de cada um.

Diante disso:

O processo avaliativo não deve estar centrado no entendimento imediato pelo aluno das noções em estudo, ou no entendimento de todos em tempos equivalentes. Essencialmente, por que não há paradas ou retrocessos nos caminhos da aprendizagem. Todos os aprendizes estão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisará abranger a diversidade de traçados, provocando-os a progredir sempre (HOFFMANN, 2001, p. 47).

Não obstante a isso, em todos os seus aspectos e instrumentos, a avaliação na escola Ângelo Ricardo é para o aluno o ponto de partida para formação de consciência, conquistas e possibilidades de avanços. E para os professores, um suporte que oferece os meios e soluções no intuito de diagnosticar as dificuldades e progressos do aluno.

Não cabe ao professor e nem a Instituição de Ensino como um todo, avaliar o desempenho do aluno mediante notas e conceitos, classificando-o como aprovado ou reprovado, bom ou ruim, mas sim, ter um conhecimento amplo da realidade escolar em que se atua, a fim de produzir um trabalho inovador e permissível da inclusão do aluno como ser ativo, participante e crítico na sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizada durante um longo período nas escolas brasileiras, a avaliação da aprendizagem foi a grande arma para rotular e selecionar os alunos entre os bons e os ruins. Vista como uma poderosa arma utilizada por muitos professores com o intuito de intimidar os alunos, essa era a característica da prova bimestral.

Com o passar do tempo, e a conquista da autonomia das escolas através da gestão democrática, esse modelo ficou ultrapassado e nos dias atuais, a avaliação da aprendizagem é vista como uma das mais importantes ferramentas à disposição da escola e dos professores para atingir o principal objetivo que é fazer todos os estudantes avançarem. O importante é encontrar caminhos para medir a qualidade do aprendizado e oferecer alternativas para uma evolução mais segura de todos os alunos.

A escolha do tema avaliação da aprendizagem possibilitou o contato e conhecimento de vários especialistas sobre o tema e considera-se de importância relevante para o aprimoramento da gestão escolar, uma vez que, a avaliação da aprendizagem deve nortear e direcionar todo o processo educacional de uma instituição escolar que busca conquistar o tão sonhado salto de qualidade na educação como direito social. O gestor educacional cujo foco é a construção de uma educação de qualidade, deve priorizar a gestão pedagógica e ter um olhar especial e não medir esforços no que se refere ao campo da Avaliação. É primordial que o gestor com sua autonomia pedagógica possa reinventar juntamente com toda comunidade escolar e criar mecanismos capazes de tornar a avaliação como forte aliada no processo de aprendizagem realmente significativo. Só assim, priorizando processos capazes de gerar seres inventivos, participativos e cooperativos, capazes de intervir e modificar o mundo que o cerca, e assim construir uma sociedade mais justa, ética e igualitária.

Embora a avaliação da aprendizagem nos dias de hoje tenha se tornado um meio democrático de aferir a qualidade do ensino, é pertinente salientar aqui que as chamadas

provas, as avaliações externas, ainda buscam a atribuição de notas, o que faz com que muitas vezes, o aluno busque apenas memorizar os conteúdos de ensino, acarretando uma certa ineficiência do processo ensino aprendizagem.

Cabe ressaltar que as escolas têm desempenhado sua função no sentido de buscar soluções para que a avaliação da aprendizagem seja uma aliada ao sucesso escolar a fim de se ter uma educação inclusiva fazendo jus ao lema “Educação para Todos”, porém com a obrigatoriedade da utilização de notas e conceitos, esse objetivo ainda se mantém equidistante. Com isso, reitera-se a figura do dirigente escolar democrático articular mudanças que beneficiem e garanta de fato uma boa aprendizagem, como direito social, estabelecido por lei.

A Escola a qual se inspirou o objeto de estudo, em consonância com o Projeto Político Pedagógico elaborado por toda a Comunidade Escolar, atende os princípios de uma Avaliação da Aprendizagem que almeja o sucesso escolar sem se basear exclusivamente na obtenção de notas e conceitos, pois vê o aluno como construtor do seu próprio conhecimento e o professor como mediador.

Frisa-se aqui a importância da gestão democrática presente na Escola em questão, que permeia a melhor forma de se avaliar o processo educativo, inteirando-se do cotidiano escolar, promovendo a participação da família e buscando soluções no sentido de sanar ou amenizar as dificuldades inerentes a cada aluno. A reinvenção da educação através do processo de avaliação torna-se um dos possíveis caminhos para a melhoria da qualidade do ensino e ainda proporcionar o desenvolvimento humano em sua plenitude.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2013.

FRUTAL. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Ângelo Ricardo**. Frutal, MG, 2014.

HOFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Entrevista sobre Avaliação da Aprendizagem**, concedida ao Jornal do Brasil e publicada no dia 21/07/2000. Disponibilizada no site WWW.luckesi.com.br. Acesso em 11/02/2015 às 21:00.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
Publicado em NOVA ESCOLA Edição 191, ABRIL 2006.
<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/cipriano-carlos-luckesi-424733.shtml>

LUCKESI, Cipriano. **Entrevista concedida à Aprender a Fazer**, publicada em IP – Impressão Pedagógica, publicação da Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p. 4-6. Disponível em WWW.luckesi.com.br. Acesso em 11/02/2015 às 21:00.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Brasília, 1996.

5. ANEXO: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Ângelo Ricardo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO RICARDO**

**ELIZET MARIA SILVA
ISOLINA RODRIGUES CARNEIRO
ROSILANE APARECIDA FURTADO FERREIRA
SUELI CECÍLIO DOS SANTOS ALVES**

BELO HORIZONTE/MG

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO RICARDO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da professora Grazielle Mariano Batista Maia e coordenação da professora Rosimar de Fátima Oliveira, do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Belo Horizonte/MG
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	12
3. CURRÍCULO	24
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	37
5. PROCESSOS DE DECISÃO	40
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	41
7. AVALIAÇÃO	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXO I. CALENDÁRIO ESCOLAR.....	53
ANEXO II. MATRIZ CURRICULAR EDUCAÇÃO INFANTIL.....	54
ANEXO III. MATRIZ CURRICULAR ANOS INICIAIS ENS. FUND.....	55
ANEXO IV. MATRIZ CURRICULAR ANOS FINAIS ENS. FUND.....	56

INTRODUÇÃO

Nome: Escola Municipal Ângelo Ricardo

Diretora: Fabiane Raquel Oliveira Assunção

Endereço: BR 153 - km 181 – Chapadão

Município: Frutal/Minas Gerais

Localização: Zona Rural

Telefone: (34) 3459 – 0522

CEP: 38200-000

E-mail: emarfrutal@gmail.com

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Frutal, Secretaria Municipal de Educação de Frutal e Superintendência Regional de Ensino: 39ª SRE – Uberaba/ Minas Gerais.

Níveis e Modalidades de Ensino Ministrado: Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano.

A escola recebeu este nome para homenagear o proprietário que residiu nesta localidade durante seus sessenta e um anos de vida, o senhor Ângelo Pedro Martins, conhecido por Ângelo Ricardo.

Anteriormente, em toda região adjacente, foram sendo construídas pequenas salas de aula com funcionamento multisseriadas, as quais receberam os seguintes nomes:

- Escola Municipal Almira Bandeira.
- Escola Municipal Carlos Chagas.
- Escola Municipal Francisco Silva Ribeiro.
- Escola Municipal Frei Gabriel.
- Escola Municipal Getúlio Vargas.
- Escola Municipal José Dias.
- Escola Municipal Marechal Rondon.
- Escola Municipal Rui Barbosa.
- Escola Municipal Quintino Bocaiúva.

Dessa maneira, o atendimento em sistema multisseriado de 1ª à 4ª série (a qual atualmente denomina-se 2º ao 5º anos do Ensino Fundamental) funcionou até o ano de 1996.

Dos anos de 1997 a 1999, instalou-se a seriação, incluindo o pré-escolar (atualmente 1º ano do Ensino Fundamental).

No ano de 2000 ocorreu a nucleação dessas salas de aula, inicialmente com o nome de Escola Municipal Virginia Maria de Jesus, ocupando provisoriamente as instalações do extinto Posto Tropical, pois a sede própria da escola ainda não havia sido construída. Nesse período a escola atendeu alunos do pré-escolar e do Ensino Fundamental da 1ª à 8ª série.

Em 2001, a Escola inaugurou suas instalações em prédio próprio, no referido endereço, com a denominação de “Escola Municipal Ângelo Ricardo”, atendendo alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais), autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, Portaria 7211/2001 – Parecer 500/21 em 31 de maio de 2001.

A escola atende uma clientela voltada unicamente para atividades rurais como pecuária e agricultura, com nível socioeconômico misto, pois recebe filhos de proprietários de terras e filhos de funcionários que trabalham em propriedades que circundam a região. O nível de escolaridade das famílias, em sua maioria, é baixo, pois o grau de instrução das mesmas geralmente é o que receberam nas escolas que antecederam a essa, e alguns aqui nessa escola, que oferece até os anos finais do Ensino Fundamental.

1. Finalidades da Escola

“A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores”. (Art.22 da LDB nº 9394/96).

A Escola Municipal Ângelo Ricardo tem como princípios, o que rege o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069 de 13/07/1990) e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394/94, especificamente o que diz o Artigo 3º:

“O ensino será ministrado, com base nos seguintes princípios:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização do profissional da educação escolar;
- gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- garantia de padrão de qualidade;
- valorização da experiência extraescolar;
- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”.

Em cumprimento à legislação educacional e, especificamente o que rege a RESOLUÇÃO CNE/CEB nº. 2, de 11/09/2001, a escola se compromete também com a educação inclusiva, buscando superar as concepções conteudista/disciplinada/descontextualizada/burocrática/tecnicista/ reducionista para construir uma visão mais complexa das realidades vivenciadas e redimensionar a práxis pedagógica, considerando a diversidade como possibilidades de trocas sociais e de aprendizagem para o atendimento educacional especializado (AEE).

O desenvolvimento do currículo e a organização do tempo e do espaço escolar, levando-se em consideração o respeito às singularidades do desenvolvimento humano, tem as seguintes finalidades:

- I. promover acesso aos conhecimentos socialmente produzidos, historicamente acumulados e culturalmente significativos;
- II. estabelecer relações com o aluno, com o conhecimento, com o professor e com a equipe escolar, com os colegas e com as famílias, para análise das potencialidades e dificuldades de como lidar com elas;

- III. formar e instrumentalizar os alunos para o exercício pleno da cidadania;
- IV. ampliar as perspectivas e capacidades de produzir respostas pedagógicas à complexidade dos alunos, suas dificuldades e potencialidades, apreciando-as sempre em relação ao contexto em que se manifestam;
- V. executar a intervenção pedagógica, incidindo sobre os processos inter-relacionais de desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

Dessa forma, essa escola entende que suas finalidades são amplas e de acordo com o texto, *A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições*, de Luiz Fernandes Dourado:

[...] é fundamental ressaltar que a educação articula-se às diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. Isto quer dizer que a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade.

2. Estrutura Organizacional

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

2.1.1 Direção e Colegiado Escolar

A gestão da Escola Municipal Ângelo Ricardo é constituída pela direção e pelo Colegiado Escolar, composto por membros de todos os segmentos da comunidade escolar, escolhidos através de processo eleitoral de votação, para mandato de dois anos.

A direção tem a função de administrar o estabelecimento de ensino na sua totalidade articulando, mediando e acompanhando o pensar e a ação político-pedagógico-administrativo, bem como organizando e delegando tarefas que viabilizem o bom andamento organizacional do cotidiano escolar.

A gestão acontece de forma democrática e participativa, pois a participação é o princípio fundamental da gestão democrática do ensino público, segundo a nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Art. 14:

“Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola:

a) a participação dos profissionais de educação, como explicita a LDB, dá oportunidade para os mesmos sugerirem, opinarem e decidirem sobre o aperfeiçoamento dos programas de ensino da escola, sua organização, sua metodologia de ensino e seus instrumentos avaliativos.

II – Participação da comunidade escolar local, em conselhos escolares ou equivalentes:

a) a participação da comunidade escolar é entendida como garantia da presença da comunidade na escola em seus órgãos colegiados;

b) a transparência na gestão da escola acontece de forma que demonstra à comunidade envolvida na escola que as decisões foram tomadas com seriedade no trato da coisa pública, com publicações dos balancetes, deliberações entre outros em instâncias escolares de forma que todos tenham acesso às informações;

c) autonomia administrativa mencionada na nova LDB, em seu Art.15, permite conferir às escolas um dinamismo próprio, dando-lhes competências para resolver seus próprios problemas, explorar suas potencialidades e fixar as regras da sua própria existência, dentro dos limites estabelecidos pelas instâncias superiores. Essa autonomia transcende em três dimensões: administrativa, financeira e pedagógica;

d) a abertura para o diálogo, pois a liberdade de expressão de todos os segmentos da escola deve ser enfatizada. Princípio expresso na LDB, em seu Art. 2º, incisos II e IV.

III – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte e o saber.

IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância”.

Estes instrumentos constituem a gestão democrática e a flexibilidade que contribuem para o bom andamento do ambiente educativo.

A direção viabiliza reuniões pedagógicas de Módulo II, proporcionando um trabalho construtivo de conhecimento integrado e de fortalecimento das relações entre os profissionais.

A INSTRUÇÃO Nº 01/2014, observando o que se estabelece a RESOLUÇÃO SEE nº 2034/2012, publicada no “Minas Gerais” de 15 de fevereiro de 2012, objetiva subsidiar as Escolas Municipais no processo de eleição de membros para compor o Colegiado Escolar.

Na Escola Municipal Ângelo Ricardo que possui cento e quarenta e seis alunos, o Colegiado Escolar é composto por no mínimo quatro membros titulares e quatro membros suplentes, com cinquenta por cento na categoria “profissionais em exercício na escola” e cinquenta por cento, na categoria “comunidade atendida pela escola”. Sendo então composto por um membro da categoria Professor de Educação Básica regente de turmas e de aulas; um membro da categoria Professor de Educação Básica exercendo outras funções, Especialista em Educação Básica e demais servidores das outras carreiras e dois membros na categoria pai ou responsável por aluno menor de quatorze anos regularmente matriculado e frequente no ensino fundamental. Os membros do colegiado, titulares e suplentes, são indicados pela comunidade escolar, por segmentos, mediante processo de eleição para um mandato de dois anos, em datas e períodos fixados na escola.

O Colegiado Escolar tem como objetivo a participação na gestão escolar e no fortalecimento da autonomia da escola, tendo também poder de decisão. Cabe ao colegiado dar parecer sobre: o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, o Calendário Escolar, o Processo de Ensino/Aprendizagem e as Avaliações Internas e Externas.

Buscando estratégias que promovam o desenvolvimento da comunidade escolar, deve propor e aprovar parcerias entre escola/comunidade/instituições públicas ou ONGs; deve também, propor e acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da escola e decidir questões de interesse dos alunos ou de seus familiares, quando não implicar em pronunciamento de competência exclusiva do sistema de ensino.

Uma escola que possui a fisionomia da sua comunidade é mais democrática. Atividades, muitas vezes corriqueiras, servem de estímulo para que laços entre professores, funcionários, alunos e pais sejam estreitados. Pois de acordo com o texto, Projeto Político-Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe: Instrumentos da Organização do Trabalho, de Ilma Passos Alencastro Veiga:

É necessário, portanto, que o empoderamento se efetive não apenas individualmente, mas coletivamente, para que ocorram de fato rupturas na organização do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, transformações educacionais. Significa garantir acesso às informações, partilhar do processo de decisão referente à diversidade de interesses e expectativas dos diferentes membros da comunidade escolar.

Portanto, as decisões da aplicação de recursos financeiros, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das questões administrativas e pedagógicas são executados por meio de mecanismos, possibilitando aos membros do Colegiado Escolar sugerir, opinar e decidir coletivamente de acordo com a vontade da maioria.

2.1.2 Recursos Humanos

O quadro de funcionários é composto por:

- docentes: dezessete professores todos graduados, sendo que a maioria possui pós-graduação;
- administração: uma diretora;
- especialistas: uma supervisora pedagógica (Anos Iniciais);
- psicopedagoga: uma (com atendimento uma vez por semana);
- uma secretária;
- sete auxiliares de serviços gerais;
- um zelador e
- um vigia.

A Escola Municipal Ângelo Ricardo, por estar comprometida com a realização de seus trabalhos voltados para uma gestão verdadeiramente democrática, compartilha com as ideias expostas no texto de Janete Maria Lins de Azevedo: O Projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar:

Para tanto, faz-se necessário contar com a presença de mediadores na escola comprometidos com um projeto de educação e sociedade emancipatórias, bem

como o acionamento de mecanismos que considerem que a gestão democrática e a construção e a implementação do projeto político-pedagógico não podem ter por parâmetro uma lógica institucional apenas baseada na racionalidade, desconhecendo que as dimensões subjetivas, a cultura e o desejo de mudar constituem, também, forças impulsionadoras no sentido de que a escola pública brasileira realize as funções dela esperadas.

2.1.3 Estrutura Física

A Escola Municipal Ângelo Ricardo, possui uma área de terreno de 5.000 m² e uma área de construção de 724,24 m². Área disponível: 4.235,76 m². A distribuição do prédio se dá da seguinte maneira:

- sala de aula: seis;
- sala de Recursos Multifuncionais (SRMF – AEE): uma
- sala de diretoria: uma;
- sala de supervisão: uma;
- sala de professores: uma;
- sala de espera: uma;
- biblioteca: uma;
- almoxarifado: um;
- telecentro: uma sala (informática);
- consultório odontológico: um;
- secretaria: uma;
- banheiros: dois;
- cozinha: uma;
- despensa: uma;
- refeitório (galpão): um;
- sanitário feminino: um (com oito vasos sanitários; um chuveiro e lavatórios);
- sanitário masculino: um (com oito vasos sanitários; um chuveiro e lavatórios);
- sanitários com acessibilidade: dois, sendo um masculino e um feminino.

Na área do terreno há:

- horta;

- jardim com parquinho composto por: um escorregador, um carrossel, uma gangorra com três pranchas e um balanço com três cadeiras.
- um pátio coberto com estrutura metálica medindo 32mx18m, construídos com recursos próprios da escola, utilizado para as aulas de Educação Física;
- sala para acomodação dos motoristas do transporte escolar: uma

2.1.4 Recursos Financeiros

Os recursos financeiros, movimentados pela Caixa Escolar, são adquiridos pelo repasse anual do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e de rendas obtidas por meio de festas e eventos, promovidos pela escola e doações voluntárias.

A Caixa Escolar tem como finalidade assegurar ao aluno a possibilidade de estudo e de eficiência na aprendizagem, bem como seu ajustamento social e atendimento à sua individualidade. O aluno gozará de toda assistência escolar, conforme estatuto próprio. Os recursos são aplicados de acordo com o plano aprovado pelo Colegiado Escolar, observando-se as instruções da legislação específica. Toda a comunidade escolar é estimulada a participar na obtenção de recursos, através de contribuições espontâneas e eventos festivos.

Os recursos financeiros servem para aquisição de mobiliário e equipamentos, manutenção e custeio, visando em primeiro lugar o atendimento ao aluno, na garantia de um ensino de qualidade. A cantina escolar tem função educativa: toda alimentação é preparada, conforme orientações da nutricionista, tendo em vista promover uma vida saudável e combater a obesidade. A escola faz a prestação de contas de todos os recursos que entram e depois de aprovada pelo Colegiado Escolar é enviada à Secretaria Municipal da Educação, ficando também afixada na escola, à disposição, para conhecimento de toda a comunidade escolar.

2.1.5 Secretaria

Toda a escrituração escolar tem como objetivo obter o melhor no mínimo tempo, da forma mais clara e precisa possível. As atividades executadas são de responsabilidade da secretária escolar (servidora efetiva, autorizada pela SRE – Uberaba) que realiza os

serviços de escrituração e de atendimento ao público em geral, atendimento este, visto como atividade educativa.

Compete a essa escola manter os dados da secretaria escolar, atualizados e organizados de acordo com as normas estabelecidas pelos respectivos sistemas.

2.1.6 Serviços Gerais

Os serviços de limpeza visam à higiene e conservação do ambiente escolar. O preparo da merenda é de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela vigilância sanitária e orientações da nutricionista responsável. A distribuição das refeições aos alunos acontece no refeitório equipado devidamente para esse fim, inclusive bebedouros com água potável, filtrada e gelada. A equipe de serviços gerais formada pelos auxiliares de serviços, zelador e vigia tem a função de manter o ambiente escolar organizado e limpo, contribuindo assim com um ensino de qualidade. Isso devido ao fato de trabalharem num espaço educacional, onde todos têm o dever de auxiliar no processo educativo dos alunos.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Municipal Ângelo Ricardo tem como objetivo principal elevar o índice de aprendizagem dos seus alunos; prepará-los para uma vida mais consciente e reflexiva, com um ensino significativo e relevante para o exercício da cidadania, considerando a realidade cultural em que os educandos estão inseridos, sendo que esse objetivo é extensivo também à educação inclusiva.

Atualmente a escola possui cento e quarenta e seis alunos matriculados, divididos nos seguintes períodos e turmas:

	Educação Infantil		Ensino Fundamental								
			Ciclo da Alfabetização			Ciclo Complementar		Anos Finais			
	1ºP	2ºP	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Período Matutino	12	-	18	14	06	13	16	-	-	-	-
Período	-	-	-	-	-	-	-	12	20	19	16

Vespertino											
------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

A formação na Educação Infantil é garantida conforme a legislação vigente, Art. 29 da LDB 9394/96:

É voltada para a construção da criança, de sua própria imagem, da descoberta de sua identidade pessoal e social, bem como sua socialização e interação com o meio, incorporando as convenções sociais necessárias à vida em comum, ao exercício da cidadania, enfatizando o lúdico em toda a ação educativa.

“O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão”, conforme Art. 22 da LDB 9394/96. Portanto, a nossa escola procura desenvolver nos alunos, capacidades que lhes permitem transformar sua realidade, melhorar sua qualidade de vida e de suas famílias no meio rural, possibilitando a continuação destes em suas comunidades, com dignidade. O aluno é o sujeito desse processo que visa sua formação integral: biológica, material, social, afetiva, estética, cultural e política, dentre outras.

Em setembro de 2012 o município fez adesão ao Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Esse plano tem o desafio de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade e que os resultados das avaliações processuais e externas apresentem avanços significativos de acordo com as políticas públicas vigentes no país.

Para enfrentar tamanho desafio precisamos atenuar as dificuldades de aprendizagem diagnosticadas, procurando elevar o índice de proficiência para conseguir bons resultados nos Boletins Pedagógicos da Escola. Assim, nos preocupamos sempre com a melhoria da qualidade do ensino a cada ano, realizando um trabalho com o propósito de ultrapassar a nossa própria meta.

Portanto, para assegurar que ao final de cada ano todas as capacidades estejam consolidadas, cabe aos professores realizar avaliações formativas, visto que é preciso saber quais capacidades devem ser introduzidas, trabalhadas sistematicamente e consolidadas durante o ano de escolaridade e ao final de cada um deles.

Para contemplar esse processo a direção da escola viabiliza reuniões pedagógicas e reuniões de Módulo II, com a finalidade de orientar, discutir, acompanhar e auxiliar as professoras em suas propostas de trabalho, metodologias de ensino e estratégias para a superação das dificuldades encontradas; bem como disponibilizar recursos didáticos disponíveis como suporte para suas práticas pedagógicas como: Guia do Alfabetizador;

Caderno de Boas Práticas dos Professores Alfabetizadores; Matrizes Curriculares para o Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar; Boletins Pedagógicos da Escola: SIMAVE (PROEB e PROALFA), PROVA BRASIL, PROVINHA BRASIL e ANA; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) MEC; Cadernos do CEALE; Conteúdos Básicos Comuns (CBCs); livros didáticos; DVDs da TV Escola; biblioteca com vários livros de pensadores como: Vygotsky, Piaget, Paulo Freire entre outros, disponíveis para empréstimo aos professores, possibilitando a ampliação de seus conhecimentos e consequente melhoria de suas práticas educativas.

Sendo o professor o maior responsável pelo ensino e pela aprendizagem do educando, a disponibilização de instrumentos visa capacitá-los para a preparação de atividades que desenvolva nos educandos as competências e habilidades de acordo com o grande desafio da Educação Mineira, que é transformar a rede pública de ensino em um sistema de alto desempenho educacional, com o objetivo de levar a criança a ler e a escrever até os oito anos de idade e adequar a idade/série/ano ao longo do Ensino Fundamental e Médio.

Em relação à inclusão, a escola promove a formação do aluno especial garantindo uma convivência saudável entre todos os segmentos da comunidade escolar, garantindo o desenvolvimento global focado no desenvolvimento de suas potencialidades. O PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) é o instrumento norteador da prática pedagógica e a sua elaboração é fundamental para a emissão da Certificação de Conclusão de Escolaridade, que é um direito do educando com necessidades especiais. Esse é garantido de acordo com o disposto no Art. 59 da LDB 9394/96:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados [...].

No ano de 2013, a escola implantou a Sala de Recursos Multifuncionais - Sala de AEE - e ainda continua recebendo do MEC/SECADI, materiais didático-pedagógicos para a ampliação dos recursos.

Nossa escola desenvolve projetos coerentes com a identidade da escola, articulados pela própria escola. E também outros, através de parcerias com órgãos públicos e privados, visando uma práxis pedagógica que possibilita a ação coletiva de

toda equipe de forma contextualizada, para promoção de um ensino de qualidade em consonância com o lema da nossa escola: Educação para a Vida, cujos projetos são:

- Aulas de biblioteca integrada à música - visando despertar nos educandos o gosto pela arte (música, teatro, desenho, pintura e literatura). Permitindo também o ato de interpretar, fazendo com que o aluno ultrapasse os limites da decodificação e compreensão, proporcionando um nível maior de interpretação da leitura, contribuindo para desenvolver nos alunos a criatividade, a improvisação e o desenvolvimento emocional, já que a música e a dramatização acionam zonas importantes do corpo físico e psíquico, aguçando os sentidos e a memorização. Dessa forma o respectivo projeto proporciona, aos alunos, momentos prazerosos de leitura promovendo a formação de leitores competentes para o exercício da prática social. Durante todo o ano letivo a professora desenvolve, concomitantemente às aulas de biblioteca, ensaio com os alunos, culminando com a apresentação em eventos na própria escola.
- Apoio escolar - com aulas de reforço e monitoria: oferecido diariamente paralelo ao horário das aulas, pois aqui na zona rural é inviável o retorno dos alunos em horário extra turno. O reforço é oferecido de acordo com a necessidade de cada aluno do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, seguindo as recomendações das professoras regentes. A professora eventual auxilia as professoras, do 1º ao 5º ano, dentro da sala de aula de acordo com as necessidades do momento, em horário previamente determinado.
- Desenvolvimento do Projeto Família na Escola, com o intuito de estimular a família na participação da vida escolar de seus filhos.
- Projeto Dia das Mães - com o envolvimento da família.
- Projeto Meio Ambiente - envolvimento de alunos, professores, direção e supervisão, no sentido de adotar medidas de proteção ao ambiente.
- Apresentação do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) para toda a comunidade escolar.
- Projeto Dia dos Pais - envolvimento da família para a valorização desta.
- Projeto: Escolas Integradas - “Educando para a Paz”, proposto pela Secretaria Municipal de Educação, com momentos e atividades para despertar nos alunos valores de uma convivência solidária e conciliadora entre as pessoas.

- Projeto “Solidariedade e Vida” - implementado por toda a comunidade escolar, com a finalidade de arrecadar alimentos, produtos de limpeza e animais a serem leiloados e, a verba apurada revertida em prol do Hospital PIO XII de Barretos (SP), mais conhecido como Hospital do Câncer de Barretos.
- Projeto Dia do Estudante – valorização das crianças e dos adolescentes.
- Participação de desfile - comemoração dia da Independência do Brasil.
- Projeto Dia das Crianças – valorização da criança.
- Projeto Dia da Consciência – apresentação de hora cívica.
- Feira Multidisciplinar - com momentos de exposição dos trabalhos dos alunos e reflexão sobre as práticas desenvolvidas por todos, refletindo principalmente sobre o papel desempenhado por cada um, no que se refere à preservação ambiental, para a melhoria da qualidade de vida.

Portanto nosso Projeto Político Pedagógico envolve a direção, os professores, o especialista e demais segmentos da comunidade escolar. Para atender aos princípios da flexibilidade e da autonomia nos processos de ensinar e aprender, de acordo com as metas pactuadas nas determinações legais, conforme as diretrizes da política educacional mineira, enfatizando a corresponsabilidade dos envolvidos nas ações educativas da escola.

2.3 Organização Didática – Anos Iniciais (Ciclo de Alfabetização)

A Escola Municipal Ângelo Ricardo participa do PNAIC - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, desde sua implantação na Rede Municipal de Ensino, em 2013, assumindo os seguintes compromissos:

- assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental;
- aplicar a Provinha Brasil, no início e no final do 2º ano do ensino fundamental, apresentando os resultados de cada turma;
- realizar as avaliações anuais da ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental;
- incentivar a participação do Professor Alfabetizador no Curso Presencial de Formação do PNAIC, concedendo-lhe apoio com recursos humanos e pedagógicos para desenvolvimento das atividades do curso em sala de aula;

- garantir que os materiais didáticos e pedagógicos específicos do PNAIC (enviados pelo MEC) como acervos de obras complementares, dicionários, jogos pedagógicos e softwares de apoio à alfabetização sejam destinados aos alunos do ciclo de alfabetização e guardados nas salas de aula do 1º, 2º e 3º ano;
- garantir a participação da equipe gestora nas reuniões / atividades / eventos do PNAIC desenvolvidos pela coordenação municipal.

Consideramos que a alfabetização é uma das prioridades nacionais no contexto atual da educação em que o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função, de forma plena, é preciso ter clareza do que se ensina e como se ensina. Não basta ser um reprodutor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico, é preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática.

Segundo o PNAIC – Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, aos oito anos de idade, as crianças precisam ter:

- a compreensão do funcionamento do sistema de escrita;
- o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos;
- a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos.

No PNAIC, quatro princípios centrais são considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico:

1. o Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. o desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;

4. a ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem.

Consciente da importância da alfabetização, essa escola tem buscado incentivar os professores e a equipe pedagógica a refletir/intervir sobre a prática pedagógica, sobre a avaliação diagnóstica acerca das capacidades e potencialidades dos alunos e sobre os direitos de aprendizagem que precisam ser garantidos a todas as crianças e consolidados em cada ano escolar para se alcançar um melhor atendimento e desenvolvimento educacional das crianças do ciclo de alfabetização.

2.4 Supervisão Pedagógica

A supervisão pedagógica da Escola Municipal Ângelo Ricardo visa à melhoria do processo ensino-aprendizagem, considerando a estrutura teórica, material e humana da escola em consonância com sua identidade e objetivos propostos; atuando de forma corresponsável com a direção da escola, na liderança da gestão pedagógica, cujo eixo norteia o planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais.

A atuação da supervisão é efetuada de forma democrática, criando um ambiente de compreensão, liberdade, respeito e criatividade caracterizada pela utilização de procedimentos científicos para o exame de situações sugeridas para o processo ensino-aprendizagem. Aplica-se, da melhor forma possível, as normas de convivência humana para relacionar-se e trabalhar com os professores e demais pessoas envolvidas no processo educativo. Respeita a personalidade e a maneira de ser de cada membro envolvido no ambiente de trabalho, procurando incentivar o diálogo e a discussão em bases democráticas. Estimula a iniciativa e a criatividade de todos, para que formas de atuação didática sejam encontradas e haja melhoria do processo ensino-aprendizagem, e para que cada professor possa encontrar por si só, sempre que possível solução para seus problemas. Estimula o espírito de grupo entre os envolvidos no processo, para que todos se sintam responsáveis quanto ao andamento do mesmo, procurando constantemente auto avaliar-se, a fim de melhorar a sua própria ação.

Portanto, com a participação responsável de todos os envolvidos no compromisso coletivo com os resultados educacionais, contemplamos a interdisciplinaridade e contextualização do ensino de forma indissociável entre teoria e prática, na ética, nos valores e princípios que regem a vida humana e no tripé Escola/ Comunidade/SME.

Nessa perspectiva a escola é uma modalidade de educação sistematizada, sendo fundamental o trabalho de orientação, acompanhamento, implementação e avaliação do processo ensino/aprendizagem. Considerando os resultados das avaliações internas e externas, a análise dos resultados a partir da realidade percebida, a dinamização e a execução do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) é de fundamental importância na escola. Pois, o objetivo é criar condições para um bom desempenho de todos os envolvidos, especialmente dos professores, para que mudanças ocorram efetivamente na prática pedagógica, tais como: análise de dados em instrumentos avaliativos e intervenção pedagógica para que os alunos melhorem seu desempenho, conseqüentemente elevando a qualidade do ensino almejado, de acordo com as metas pré-estabelecidas para nossa escola.

2.5 Corpo Docente

O corpo docente da Escola Municipal Ângelo Ricardo é composto pelos professores, diretora, supervisora pedagógica e psicopedagoga. Sendo que as professoras têm papel de vital importância na nossa escola, pois são eles os mediadores do processo ensino/aprendizagem e do desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Sendo os responsáveis pela intencionalidade educativa, através do planejamento, avaliação, análise e intervenção pedagógica. O corpo docente tem o aluno como foco principal, sendo o centro de suas ações e da sua postura profissional. Utilizam recursos didáticos e estratégias adequadas com metodologias de ensino que priorizam o papel ativo do aluno, estimulando-o à leitura, à análise crítica e à reflexão.

Considerando as mudanças atuais na educação que visa uma educação inclusiva, que é fundamentada em teorias que priorizam o respeito aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem de cada aluno em especial, e sobre a turma de modo geral, exigem-se do professor uma capacitação constante e uma avaliação crítica do seu modo de ensinar.

Contudo, nossa escola em coerência com as diretrizes e orientações curriculares emitidas pela Secretaria de Educação e as diretrizes do nosso Projeto Político Pedagógico - cuja elaboração é feita de forma coletiva - contempla os recursos didáticos pertinentes à referida postura educacional, articulada à realidade da escola. O que pressupõe uma ação intencionada e definida para alcançar as metas pactuadas com os planos de ação em consonância com as capacidades a serem desenvolvidas pelos

alunos; bem como os descritores e as atividades que devem ser trabalhadas em sala de aula, de acordo as MATRIZES CURRICULARES, os cadernos do CEALE e o CBC. Conforme já referenciado nas diretrizes pedagógicas, a escola disponibiliza aos professores os materiais didáticos de acordo com as novas diretrizes que servem de subsídios para o corpo docente no seu plano de ensino, bem como o uso de novas tecnologias como: data show, notebook, acesso à internet, além de oferecer o Módulo II em consonância com a disponibilidade da diretora, da supervisora pedagógica e dos professores. A Secretaria Municipal de Educação oferece cursos como: Braile, Libras, encontro de educadores entre outros, possibilitando aos profissionais de educação a Formação Continuada. Tais ações abrangem a finalidade maior que é o ensino de qualidade, através da formação dos profissionais de educação, enquanto agentes de mudanças, comprometidos com o processo educacional que envolve avanços globalizados do conhecimento, das ciências e das tecnologias educacionais com fundamentação teórica.

Nesse contexto, fica explícito que os professores são os profissionais mais importantes para a construção de um mundo melhor, conforme é colocado por Carlos Silva no texto - A Inserção da Saúde no Projeto Político Pedagógico da Escola:

O professor pode ajudar bastante na mobilização dos alunos e incentivar que a participação deles nas aulas tenha significado para a vida deles, acolhendo suas contribuições e valorizando-os como atores do processo. Assim, a sala de aula pode ser um espaço muito rico de percepção de demandas.

De acordo com Paulo Freire, em seu livro, *Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa*, (1996, p.95): “como professor não me é possível ajudar o educando a superar a sua ignorância se não supero permanentemente a minha”. Por isso, a importância de quanto mais informações os educadores tiverem sobre o processo ensino/aprendizagem, mais sua prática será pautada em conhecimentos psicológicos, ignorando o senso comum para o privilégio de conhecimento com bases epistemológicas.

2.6 Corpo Discente

A escola visa oferecer ao corpo discente uma formação para que o aluno tenha condições de inserir-se positivamente e ativamente no mundo do trabalho, da cultura, das relações humanas e sociais, de exercer dignamente a cidadania e ser capaz de agir conscientemente na transformação da realidade em que vive.

O ser humano é único. É uma unidade; não há outro igual no mundo, como também nunca houve. Somente o ser humano tem consciência de si, do seu eu, do seu ser e do seu existir, o que o diferencia dos demais animais. Estes dois aspectos de existência humana: o seu caráter único e irrepetível não permitem o desrespeito à individualidade, nem uniformização onde todos se nivelam. Por isso os alunos devem ser tratados, segundo a legislação, com igualdade nos seus direitos e deveres, mas considerando as diversidades e individualidades com equidade. Nas ciências sociais e na educação, equidade vincula-se ao conceito de justiça; significa proporcionar mais, a quem mais necessita.

Nessa perspectiva o aluno produz seu conhecimento articulando os conteúdos ensinados aos conhecimentos culturais, recebidos pela família, religiosos entre outros, aliados à sua experiência de vida. Ele é produtor da sua própria história contextualizada no tempo e no espaço.

Portanto o ser humano é um ser em constante processo de construção, por isso o aluno não pode ser visto como um ser pronto e acabado. Devemos partir do pressuposto que o aluno sempre será capaz de transcender, ou seja, de se superar. Marta de Oliveira Kohl enfatiza em seu livro, *Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento um Processo Sócio-histórico* (p.102) “o homem biológico transforma-se em social por meio de um processo de internalização de atividades, comportamentais e signos culturalmente desenvolvidos”.

Sendo assim, a aprendizagem só pode ocorrer em situações propícias e com outro indivíduo da espécie, ou seja, a relação do indivíduo com o ambiente sociocultural. Quando Vygotsky fala de aprendizagem, fica claro o processo ensino-aprendizagem, pois enfatiza o aspecto sócio-histórico que inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. Chega-se então a um conceito importante para a compreensão de suas ideias sobre o desenvolvimento e aprendizagem, o conceito de zona de desenvolvimento proximal (Vygotsky, 1998, p.112):

A zona de desenvolvimento proximal é justamente a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

Isso é o que se refere ao caminho que o aluno vai percorrer para desenvolver funções que estão em processo de consolidação e se tornarão consolidadas no seu nível

de desenvolvimento real. Para enfatizar ainda mais a ideia que o aluno não pode ser determinado como um ser pronto e acabado, ou seja, ele não é de determinada maneira e sim está de determinada maneira, o estágio em que se encontra sempre pode ser alterado. Na concepção de Paulo Freire - Pedagogia da Autonomia (2002, p. 30), ensinar exige reconhecimento de que sejamos conscientes do inacabamento do ser humano:

Gosto de ser gente porque inacabado sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Essa é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado "... "O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo... Afinal, minha presença no mundo não é a de quem nele se adapta, mas a quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.

Essas abordagens justificam a formação do nosso corpo discente, visando à formação integral do educando de acordo com o novo paradigma do processo educacional, pautada nas concepções concernentes às políticas públicas do ensino mineiro, de acordo com a ideologia de educar para o exercício da cidadania, em consonância com o nosso lema que é: educar para a vida.

2.7 Equipe de Apoio Especializado

Constituído por uma equipe de especialistas: Psicólogo e Fonoaudiólogo lotados na Secretaria Municipal da Saúde e, Assistente Social e Psicopedagogos lotados na Secretaria Municipal de Educação, atendem a escola de acordo com cronograma específico. Têm como funções assessorar e apoiar o corpo técnico e docente, promover o diagnóstico de alunos com dificuldades de aprendizagem graves e com necessidades educativas especiais, com vistas ao encaminhamento ou a alguma programação específica e de dar atendimento às famílias desses alunos. A Assistente Social atende a escola toda vez que é solicitada. A psicopedagoga atende os alunos com dificuldade de aprendizagem uma vez por semana, na própria escola. E os alunos que necessitam de atendimento fonoaudiológico e psicológico são encaminhados para a Assistente Social da Secretaria Municipal da Educação, onde são agendados os atendimentos.

A escola conta também com atendimento odontológico, proporcionado pela Prefeitura Municipal, o qual acontece na própria escola, uma vez por semana, atendendo à comunidade escolar, principalmente os alunos.

3. Currículo

O texto, O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa, de Antônio Flávio Barbosa Moreira, deixa bem claro para o nosso entendimento que “Da restrita visão de currículo como lista de disciplinas e conteúdos, passa-se a uma visão de currículo que abrange praticamente todo e qualquer fenômeno educacional”.

Portanto, é o conjunto de todas as experiências escolares e de conhecimentos proporcionados aos educandos. É um instrumento interdisciplinar e contextualizado, que leva à interação e articulação entre os diferentes campos de saberes específicos; determinado e construído por um processo dinâmico em que seus componentes são agrupados em um todo mais amplo, sujeito a reelaboração para a organização dos saberes vinculados.

Ele reflete a forma de organização do trabalho da Escola Municipal Ângelo Ricardo, caracterizado pela postura dos educadores, pela organização do Plano Curricular que é a expressão formal da concepção do currículo e pela metodologia empregada no processo educativo, que segue a Resolução SME/Frutas N° 01, de 2 de janeiro de 2013, que adota os seguintes princípios norteadores das ações pedagógicas:

- I. Éticos:** de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- II. Políticos:** de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;
- III. Estéticos:** o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais e solidárias.

A concretização do currículo acontece na sala de aula no momento em que o professor elabora seu planejamento de forma flexível, adequando-o ao grupo específico de alunos e de suas necessidades, garantindo uma distribuição equilibrada das aulas, organização dos conteúdos, definição de prioridades, seleção de material e elaboração e

execução de projetos. Ao elaborar os projetos pedagógicos e organizar os eventos culturais e artísticos, a escola o faz tendo um fim didático que oportunize novos conhecimentos que serão integrados aos conteúdos, com diversas maneiras de ensinar, favorecendo a integração aluno/professor.

O uso do laboratório de informática visa propiciar a experimentação da tecnologia computacional como forma de aprimorar a prática educativa. O computador é tido como instrumento pedagógico que favorece maior oportunidade ao aluno na formação do seu próprio conhecimento e na apropriação crítica e criativa da tecnologia computacional.

Todos os recursos materiais e didáticos existentes na escola são utilizados para o desenvolvimento curricular, tendo o corpo docente e a diretora como responsáveis. Os pais e a comunidade também são envolvidos, sempre que possível, nesse processo.

Dessa forma, a escola espera melhorar o desempenho dos alunos, levantando dados e informações necessárias ao replanejamento das ações; identificando nos conteúdos, pontos críticos que necessitam de atenção imediata, para promover a melhoria da aprendizagem; fazendo a intervenção pedagógica; unindo esforços para tornar realidade as atividades planejadas e assim, conseguir um melhor rendimento no contexto geral da escola.

Esse conjunto de práticas deve proporcionar a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando, permitindo a compreensão mais ampla da realidade.

Busca assim, envolver o aluno em uma perspectiva social, para encontrar as soluções dos problemas existentes em sua comunidade ou na realidade do seu cotidiano, quando o professor estará relacionando-os aos componentes curriculares.

A educação Especial, uma modalidade da educação básica, também é ofertada pela escola.

Está previsto na Constituição de 1988 o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos portadores de deficiência, para o que antes era definido como Educação Especial e todas as suas formas de intervenção.

Em seu Artigo 208, a Constituição determina que esse atendimento ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino.

É importante esclarecer que:

a) esse atendimento refere-se ao que é necessariamente diferente da educação em escolas comuns e que é necessário para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, complementando a educação escolar e devendo estar disponível em todos os níveis de ensino;

b) é um direito de todos os alunos com deficiência que necessitem dessa complementação e precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e/ou pelo próprio aluno;

c) o “preferencialmente” na rede regular de ensino significa que esse atendimento deve acontecer prioritariamente nas unidades escolares, sejam elas comuns ou especiais devidamente autorizadas e regidas pela nossa lei educacional. A Constituição admite ainda que o Atendimento Educacional Especializado pode ser oferecido fora da rede regular de ensino, já que é um complemento e não um substitutivo do ensino ministrado na escola comum para todos os alunos;

d) o Atendimento Educacional Especializado deve ser oferecido em horários distintos das aulas das escolas comuns, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais.

e) as ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo de deficiência que se propõe a atender. Como exemplo, para os alunos com deficiência auditiva o ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, de Português, como segunda língua, ou para os alunos cegos, o ensino do código “Braille”, de mobilidade e locomoção, ou o uso de recursos de informática, e outros;

f) os professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado, além da formação básica em Pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõe a atender. Assim como o atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções do professor responsável pela sala de aula das escolas comuns que têm alunos com deficiência incluídos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a Terminalidade Específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da Educação Básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e

nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”

A Educação Especial, modalidade transversal a todas as etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa modalidade está sendo oferecida pela nossa escola desde o ano de 2013, de maneira diferenciada, pois já recebemos e estamos recebendo do MEC os Recursos Multifuncionais para atendimento na SRMF.

O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência.

A nossa escola entende que esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum, o que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

Esse atendimento tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Ele complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Dentre as atividades de AEE são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento é

acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública.

3.1 Componentes Curriculares

A escola procura preparar o aluno para elaborar pensamentos autônomos e críticos, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Dentro dessa concepção, o currículo é articulado em torno de conteúdos significativos com vistas às competências e habilidades que se pretende desenvolver para cada ciclo e ano escolar, devendo ser observado o conjunto de Conteúdos Básicos Comuns (CBC), a serem ensinados, obrigatoriamente.

O Plano Curricular deve conter uma Base Nacional Comum, definida nas diretrizes curriculares, uma Parte Complementar Diversificada, definida a partir das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Além disso, devem ser incluídos, permeando todo o currículo, Temas Transversais, tratados transversal e integralmente, determinados ou não por leis específicas.

São Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental que integram a área do conhecimento:

I. Linguagens:

- a)** Língua Portuguesa;
- b)** Língua Materna, para populações indígenas;
- c)** Língua Estrangeira Moderna (Inglês, a partir do 5º Ano)
- d)** Arte, em suas diferentes linguagens: ciências, plásticas e, obrigatoriamente,

a musical;

- e)** Educação Física.

II. Matemática.

III. Ciências da Natureza.

IV. Ciências Humanas:

- a)** História;
- b)** Geografia;

V. Ensino Religioso.

Os Temas Transversais compreendem:

- I.** saúde, sexualidade e gênero;

- II. vida familiar e social, combate à corrupção;
- III. direitos das crianças e adolescentes, direitos dos idosos;
- IV. educação ambiental, educação em direitos humanos, educação para o consumo, educação fiscal e educação para o trânsito;
- V. trabalho, ciência e tecnologia;
- VI. diversidade cultural;
- VII. dependência química;
- VIII. higiene bucal, e educação alimentar e nutricional.

De acordo com os ensinamentos de Luckesi (s/p.), “a escrita procura transformar os conteúdos vivos e concretos sem fugir da realidade social, seguindo a tendência progressista crítico-social dos conteúdos”.

Os componentes curriculares são trabalhados de forma interdisciplinar e contextualizados aos Temas Transversais e à Parte Complementar Diversificada, articulados às experiências de vida e aos conhecimentos prévios, proporcionando aos alunos a concretização de situações mais próximas e familiares.

3.2 Currículo da Educação Infantil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, no seu Art. 30, coloca a Educação Infantil como a primeira etapa da educação Básica, atribuindo-lhe como finalidade: “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” Assim, a escola busca propiciar situações que possam contribuir para a garantia de igualdade de tratamento e de respeito às diferenças.

A ação educativa da Pré-escola seguirá os princípios dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/MEC, de forma contextualizada ao modo de vida, manifestações culturais, religiosas e ambientais, possibilitando às crianças:

- I. a construção da própria imagem e a descoberta da sua identidade pessoal e social;
- II. o desenvolvimento das capacidades de expressão e comunicação pelas diferentes linguagens e manifestações: oral, escrita, artística, gráfica, gestual, corporal e outras;

- III. a ampliação do conhecimento nas dimensões do saber, fazer, ser e viver junto;
- IV. a vivência da ludicidade;
- V. o desenvolvimento da motricidade e da expressão corporal;
- VI. o desenvolvimento da fruição estética, do conhecimento e da expressão artística em suas dimensões plástica, musical e cênica;
- VII. o desenvolvimento do raciocínio lógico, da confiança em suas capacidades para pesquisar, imaginar, criar, responder, compreender e solucionar problemas.

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças, a qualidade das experiências que contribuem para o exercício da cidadania deve estar embasada nos seguintes princípios:

- I. o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
- II. o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- III. o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- IV. a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- V. o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

A construção da leitura e da escrita, bem como o desenvolvimento do raciocínio lógico, terá como recurso pedagógico o ambiente alfabetizador, a ser ministrado de forma lúdica, para não “forçar” uma alfabetização “mecânica” nesta modalidade. A vivência do lúdico permeará toda a prática educativa, para que as crianças tenham desenvolvimento saudável, sem “queimar” as etapas do aspecto cognitivo e sensorio motor, importantíssimas ao seu desenvolvimento integral. Tudo isso, para que os âmbitos como: formação pessoal e social, e conhecimento de mundo sejam desenvolvidos na Educação Infantil.

3.3 Currículo do Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem duração de nove anos, estruturado em quatro ciclos, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

- I. Ciclo da Alfabetização, com duração de três anos de escolaridade: 1º, 2º e 3º ano;
- II. Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade: 4º e 5º ano;
- III. Ciclo Intermediário, com duração de dois anos de escolaridade: 6º e 7º ano;
- IV. Ciclo da Consolidação, com duração de dois anos de escolaridade: 8º e 9º ano.

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. a aquisição de conhecimento e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

São Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas do conhecimento:

- I. Linguagens:
 - a) Língua Portuguesa;
 - b) Língua Materna, para populações indígenas;
 - c) Língua Estrangeira Moderna (Inglês, a partir do 5º Ano)
 - d) Arte, em suas diferentes linguagens: ciências, plásticas e obrigatoriamente, a musical;
 - e) Educação Física.
- II. Matemática.
- IV. Ciências da Natureza.
- v. Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;
- V. Ensino Religioso.

A disciplina Técnicas Agrícolas faz parte da matriz curricular dos anos finais do Ensino Fundamental, considerando os aspectos sociais, culturais, religiosos e ambientais da clientela da escola.

Além da Base Nacional Comum e da Parte diversificada, devem ser incluídos, permeando todo o currículo, Temas Transversais, tratados transversal e integradamente, determinados ou não por leis específicas, relativos à:

- I. saúde, sexualidade e gênero;
- II. vida familiar e social, combate à corrupção;
- III. direitos das crianças e adolescentes, direitos dos idosos;
- IV. educação ambiental, educação em direitos humanos, educação para o consumo, educação fiscal e educação para o trânsito;
- V. trabalho, ciência e tecnologia;
- VI. diversidade cultural;
- VII. dependência química;
- VIII. higiene bucal e educação alimentar e nutricional.

No currículo do Ensino Fundamental as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, serão tratadas de forma que o seu cumprimento esteja de acordo com o previsto na legislação em vigor.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é componente curricular obrigatório, ofertado em todos os anos do Ensino Fundamental e será trabalhado de modo em que os alunos possam perceber e refletir sobre a importância da vida e da criação e sobre a necessidade de se estabelecer uma cultura de paz e não violência.

A Educação Física, componente obrigatório de todos os anos do Ensino Fundamental, será facultativa ao aluno apenas nas situações previstas no parágrafo 3º do artigo 26 da Lei nº 9394/96. Será trabalhada de forma que o aluno possa participar de diversos tipos de jogos, aprendendo a respeitar as regras e ter disciplina e respeito à individualidade de cada um.

A Literatura Infantil é trabalhada como parte diversificada e contribui para o desenvolvimento da leitura, como promoção da criatividade da produção escrita.

O ensino de Arte será ministrado de forma a promover o desenvolvimento cultural, oportunizando aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal.

O ensino da Música será integrado à Arte e às aulas de Biblioteca, de forma lúdica e prazerosa.

A temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão abordadas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas disciplinas História e Arte.

O estudo dos Símbolos Nacionais será ministrado de forma contextualizada, ao longo do ano letivo, ocasião em que será executado o Hino Nacional uma vez por semana, toda segunda-feira no início das aulas.

A disciplina de Inglês está incluída na Parte Diversificada, a partir do 5º ano como ensino da Língua Estrangeira Moderna.

Na organização curricular do Ensino Fundamental deve ser observado o conjunto de Conteúdos Básicos Comuns (CBC) a serem ministrados, obrigatoriamente, por essa unidade escolar de ensino.

3.3.1 Currículo dos Anos Iniciais

Considerando que o processo de alfabetização e o zelo com o letramento são as bases de sustentação para o prosseguimento de estudos, com sucesso, a Escola organizará suas atividades de modo a assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagem e a articulação do Ciclo da Alfabetização com o Ciclo Complementar. Esses dois ciclos permeiam toda a vida escolar do aluno.

Nos primeiros cinco anos do Ensino Fundamental, o currículo destina-se à formação integral do aluno variando, em conteúdo e método, segundo as fases de seu desenvolvimento. Tem como função metodológica, o princípio cíclico da vida, com respeito à individualidade e ritmo próprio de desenvolvimento de cada aluno.

A programação curricular dos Ciclos de Alfabetização e Complementar, tanto no campo da Linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com 6 (seis) anos de idade, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final

de cada ano, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I. 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II. 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III. 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Articulada à alfabetização e letramento, a programação curricular será estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos partindo dos mais simples aos mais complexos.

Ao final do ciclo de alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e, ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

Na área da Matemática espera-se que sejam capazes de compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição, subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos e resolver operações matemáticas com autonomia.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia serão ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à matemática, crescendo em complexidade ao longo do ciclo.

O Ciclo Complementar, com o objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I. 4º Ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II. 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, seja informativo, literário, de comunicação ou outros.

Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ler, compreender, retirar informações contidas no texto e, redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Na área de Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração e os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais com precisão, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia serão ministrados de forma a: desenvolver o pensamento crítico dos alunos frente aos problemas sociais, políticos e econômicos; de reconhecer os fatos no tempo e espaço que acontece; de entender as relações estabelecidas entre a coletividade local, comparando-as com o passado e o presente; de identificar as ações do poder público na comunidade e adquirir uma postura crítica diante do aspecto do consumo. A questão ambiental contemporânea será trabalhada partindo da realidade local, e mobilizando ações para a preservação do planeta e do ambiente onde se vive.

A Escola acompanhará, ao longo de cada ano dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrerem, a fim de garantir a progressão continuada dos alunos.

3.3.2 Currículo dos Anos Finais

A passagem dos alunos dos ciclos dos anos iniciais para os ciclos dos anos finais do Ensino Fundamental receberá atenção especial da Escola, a fim de se garantir a articulação sequencial necessária, especialmente entre o Ciclo Complementar e o Ciclo Intermediário, em face das demandas diversificadas exigidas dos alunos, pelos diferentes professores, em contraponto à uni docência dos anos iniciais.

Do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, os componentes curriculares serão desenvolvidos:

- I. na vida cidadã, através da articulação entre os seus vários aspectos como: a saúde; a sexualidade; a vida familiar e social; o meio ambiente; o trabalho; a ciência e a tecnologia; a cultura; as linguagens;
- II. nas áreas de conhecimento: Língua Portuguesa; Matemática; Ciências; Geografia; História; Arte; Educação Física; Ensino Religioso; Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Técnicas Agrícolas.

Nos ciclos finais do Ensino Fundamental, os alunos deverão, ainda, ser capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos de cada Componente Curricular, e produzir, com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados.

A escola visa à formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, sendo necessária também a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, do fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância, situados no horizonte da igualdade, é considerado importantíssimo para essa formação cidadã.

Entendemos que a formação da cidadania se faz, antes de tudo, pelo seu exercício: aprende-se a participar, participando. E a escola será um lugar possível para essa aprendizagem, se promover a convivência democrática no seu cotidiano. No entanto se a escola negar aos alunos a possibilidade de exercerem essa capacidade estará, ao contrário, ensinando a passividade, a indiferença e a obediência cega. É aqui que a importância do convívio escolar ganha amplitude, a fim de tornar a escola um espaço de atuação pública dos alunos.

4. Tempos e Espaços Escolares

A Escola Municipal Ângelo Ricardo tem como concepção que a melhor organização e utilização do tempo escolar serão destinadas para ensinar e aprender, pois o aluno tem o direito de ter seu tempo escolar ocupado com um ensino de qualidade.

A Escola elabora seu calendário escolar, seguindo o determinado nos Art. 23 e 24 da LDB nº 9394/96 e procurando atender às conveniências da comunidade para posterior aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Regional de Ensino de Uberaba/ MG.

O ano letivo possui o mínimo de duzentos dias e carga horária de oitocentas horas anuais de trabalho escolar para a Educação Infantil - Pré-escola (cinco anos de idade) e anos iniciais; e oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental. Dias letivos são aqueles em que o professor e os alunos encontram-se envolvidos em atividades escolares de caráter obrigatório relacionado ao processo de ensino/aprendizagem, independente do local onde elas se desenvolvem com quatro horas diárias para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental – Regime de Ciclos. Nos anos finais do Ensino Fundamental as quatro horas diárias são divididas em módulo-aula, num total de cinco módulos-aula por dia.

A jornada escolar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental deve ser de, no mínimo, quatro horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio. Compete à escola, respeitados os dispositivos legais, proceder à organização do tempo escolar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, assegurando a duração da semana letiva de cinco dias. Poderá, ainda, ser organizado o horário escolar com aulas geminadas de um mesmo Componente Curricular, para melhor desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.

A escola deve oferecer atividades complementares para os alunos que, no ato da matrícula, não tiverem optado pelo Componente Curricular facultativo, para cumprimento da carga horária obrigatória.

Quanto aos espaços escolares, é recomendada a abertura da escola nos feriados, finais de semana e férias escolares, para atividades educativas e comunitárias, cabendo à direção da escola encontrar formas para garantir o funcionamento previsto, observada as vedações da legislação.

A escola encerra o ano escolar após ter cumprido o estabelecido no calendário escolar e as aulas somente são suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida.

Do calendário escolar constam:

- início e término do ano escolar e do ano letivo;
- os dias letivos;
- os dias destinados ao planejamento escolar, à capacitação dos professores, às reuniões do conselho de classe e às reuniões de Módulo II;
- os feriados e os períodos de férias e de recesso;
- as programações culturais, cívicas, pedagógicas da escola e do município.

Dias escolares são aqueles destinados às atividades de planejamento, atualização, pesquisa, produção coletiva, formação permanente, participação em reuniões, eventos e outras atividades inerentes à prática educativa, podendo incluir a representação de pais e alunos.

A escola aproveita os intervalos de aula, os recreios e os períodos de entradas e saídas dos alunos para a realização de diagnóstico através de observação, com o objetivo de planejar atividades formadoras, visando desenvolver: a autonomia, a responsabilidade pessoal e social, a autoestima, a solidariedade e a afetividade, o relacionamento pessoal e interpessoal, a valorização do outro e o respeito às diferenças.

Alguns períodos são percebidos na escola como períodos especiais, como no início do ano letivo, momento de organização das turmas e professores, expectativas com relação ao novo ano escolar que se inicia. Os alunos são recebidos com alegria por todos os educadores que procuram motivá-los e fazer da escola um ambiente acolhedor, principalmente para as crianças da Educação Infantil que estão chegando pela primeira vez. Esse período é marcado pelas novidades que chegam e pelas relações que se formam entre todos: alunos, pais, educadores e funcionários.

As matrículas são realizadas obedecendo às determinações da Emenda Constitucional nº 14/96 das Leis Federais 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, 9424/96 de 24 de dezembro de 1996; da Resolução SEE nº 2318 de 13/05/2013 e Resolução CNE/CEB Nº 06 de 20/10/2010.

A frequência escolar é um aspecto relevante na escola. O controle da frequência diária dos alunos é de responsabilidade do professor, que deverá comunicar à direção da escola eventuais faltas consecutivas para providências cabíveis. Tem por objetivo o

registro da presença do aluno nas atividades programadas, das quais está obrigado a participar, para aprovação, em pelo menos 75% do total da carga horária prevista.

A escola tem o dever de zelar pela assiduidade de seus alunos às aulas, adotando para tanto, medidas previstas no decorrer do ano letivo. Após apurar a frequência do aluno e constatar uma ausência superior a cinco dias letivos consecutivos ou dez dias alternados no mês, deverá entrar em contato, por escrito, com a família ou o responsável pelo aluno faltoso, para que seja promovido o seu retorno às aulas e a regularização da frequência escolar. Caso não obtenha êxito, a diretora remeterá ao Conselho Tutelar, ao Juiz Competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação nominal dos alunos cujo número de faltas atingir quinze dias letivos consecutivos ou alternados e, também, ao órgão competente, no caso do aluno cuja família é beneficiada por programas de assistência, como Bolsa Família, vinculado à frequência escolar.

Os candidatos provenientes de outras escolas do país ou do exterior, que não concluíram o Ensino Fundamental, serão classificados nesta escola, após processo de avaliação para posicionamento no ano escolar, conforme nível de desempenho. No caso de transferência de alunos para outro estabelecimento, o histórico deve conter informações sobre sua vida escolar, inclusive carga horária cumprida, para fins de classificação e reclassificação, incluindo aspectos descritivos do seu nível de desempenho.

A escola, assessorada pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, criará estratégias para organização e reorganização do tempo e do espaço escolar, visando o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

5. Processos de Decisão

A Escola Municipal Ângelo Ricardo articula seus processos de decisão com o envolvimento da comunidade com ações colegiadas, com a prática da gestão democrática, através da participação de todos os seguimentos da comunidade escolar; visando “romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática”, de acordo com VEIGA (1997, s/p.), por Dourado.

O envolvimento dos pais, da comunidade e a participação direta da equipe escolar nos processos de decisão levam em conta que as decisões tomadas sejam para contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento de todos os alunos. Ter espaço para o processo de decisão coletiva na Escola possibilita o diálogo em torno das diversas situações que surgem nas áreas: administrativa, pedagógica e financeira, onde os participantes tomam ciência de assuntos tão relevantes para o fortalecimento da instituição como um todo.

Ao analisar sobre o processo de ensino e aprendizagem, os professores chegaram à conclusão de que as famílias estão alheias aos processos educacionais e que é necessário propor atividades de envolvimento das mesmas com a escola, no sentido de que venham a entender melhor esse processo e de que forma, mesmo dentro de duas limitações, poderão ajudar os filhos a obterem melhor desempenho escolar. Os pais, por sua vez entendem que é preciso fazer algo mais e, aos poucos, vão percebendo que a escola é o local onde eles também podem fazer suas colocações e serem ouvidos.

Dessa forma, a escola vai construindo os processos de decisão coletivamente onde o aluno também tem lugar nesse espaço. Ao perceber que o diálogo é a base desses processos e que as decisões visam garantir o melhor para ele, o aluno sente mais confiança e sabe que poderá expor suas ideias e que será ouvido. Esses processos acontecem nos órgãos colegiados que tem poder de decisão na escola.

6. Relações de Trabalho

Um ambiente escolar harmonioso e respeitoso é fundamental para o desenvolvimento de boas relações de trabalho. Mesmo com tantas opiniões e pessoas diferentes é possível haver a unidade em meio às diversidades, pois o consenso é a forma de fazer prevalecer a tomada de decisão do grupo. Assim, a Escola Municipal Ângelo Ricardo no desempenho de sua função social, formadora de sujeitos históricos, procura ser um espaço de socialização, que fortaleça as relações de trabalho, para que os profissionais se unam em torno de um objetivo comum e a escola possa oferecer um ensino de qualidade.

A educação sendo uma atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais, inclusive no trabalho, faz com que os profissionais da escola, cada um na sua função e no exercício desta, seja também educador em potencial.

As reuniões administrativas e pedagógicas realizadas na escola, além de cumprirem pautas previamente determinadas, são aproveitadas para fortalecer as relações de trabalho. São momentos oportunos para troca de experiências, mesmo que haja divergências de opiniões, estas são levadas para o lado positivo e, é estabelecido o respeito em ouvir as opiniões de todos para se chegar a um consenso comum. Dessa forma o grupo vai amadurecendo suas relações de trabalho e o clima de harmonia vai ganhando força.

O papel do professor é o de mediador do conhecimento, pois ele planeja, viabiliza, propõe, coordena e avalia o processo de realização das atividades desenvolvidas e através destas interações, os conhecimentos significativos vão sendo apropriados pelos alunos. Conforme Saviane escreve em seu texto *Escola e Democracia* (1983, s/ p.):

[...] o professor deve antever com certa clareza a diferença entre o ponto de partida e o ponto de chegada do processo educativo [...]. [...] Sem o que não seria possível organizar e implementar os procedimentos necessários para se transformar a possibilidade em realidade [...]

O professor deve estar sempre atento para que seus alunos reflitam e refaçam o que for preciso, além disso, deve questioná-los e desafiá-los para que levantem dados e hipóteses, procurando encontrar formas para realizar o que for proposto. Conduzir estas contribuições individuais, numa perspectiva coletiva, elevando o conhecimento a níveis

mais elaborados é um dos papéis mais importantes do professor, pois a educação não é um ato isolado ou neutro e o professor possui uma dimensão política, que o leva a querer ir além de ser apenas um transmissor do conhecimento.

O papel do aluno é o de produtor de sua história e agente transformador. Seu crescimento e desenvolvimento estão articulados aos processos de apropriação de conhecimento disponível em sua cultura. O aluno precisa adquirir habilidades e competências para enfrentar desafios, pois só conseguirá desenvolver a sua plenitude quando articular bem as suas múltiplas potencialidades e o conhecimento escolar é fundamental nesse processo. A escola acha importante discutir com os alunos as normas de conduta que eles devem observar; pois, como parte integrante da sociedade o aluno acaba por se tornar reflexo da escola em que foi educado. Por isso, o convívio com regras e normas no ambiente escolar irá contribuir de forma significativa para a formação plena do cidadão. Com base nestes e em outros princípios, o papel do aluno não poderia deixar de ser de envolvimento interativo e corresponsável com o trabalho realizado pela escola, em prol de um ensino de qualidade. Por isso, a escola é o local onde o aluno vivencia diferentes relações e interações, de maneira contextualizada sem perder de vista sua totalidade, contradições e transformações.

A diretora da escola tem um papel político pedagógico que implica na criação de espaços de gestão democrática, onde esta se efetiva por meio de processos de articulação entre todos os que compõem a comunidade escolar. Compete à diretora, dentre outros, o papel de articuladora e incentivadora da participação e das ações colegiadas na escola.

As relações de trabalho, construídas na escola, tem caráter pedagógico e visam contribuir para a melhoria do ensino em prol do desenvolvimento de um grupo de profissionais éticos e comprometidos com uma educação de qualidade.

7. Avaliação

De acordo com a RESOLUÇÃO Nº. 01, DE 2 DE JANEIRO DE 2013, da Secretaria Municipal de Educação, as formas e procedimentos utilizados pelo Estabelecimento de Ensino para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, deve expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pelo Estabelecimento de Ensino, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar; pois a avaliação nos aponta que o sucesso do aluno é resultado das ações desenvolvidas pela escola.

Na Escola Municipal Ângelo Ricardo a avaliação é integrada ao processo de ensino/aprendizagem e, consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do aluno, tendo como parâmetro a análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE – constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB - pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA - e devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

Tendo em vista o redirecionamento da ação pedagógica para a construção do conhecimento, a concepção de avaliação será:

- **diagnóstica:** realizada no início do ano letivo para verificar os aspectos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade do desenvolvimento do programa de cada turma escolar, norteando toda a prática pedagógica da escola;
- **processual** – ocorre contínua e permanentemente no decorrer do processo de aprendizagem para verificação do desenvolvimento do aluno, como avanços, dificuldades e possibilidades;
- **dinâmica** – utiliza diversos instrumentos e procedimentos para um melhor conhecimento e acompanhamento do aluno nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores;
- **problematizadora** – investiga o desenvolvimento e a necessidade do aluno para a intervenção pedagógica ; tornando-se autorregulação do

processo de ensino e aprendizagem e ainda levanta dados para a compreensão do processo e para a reflexão do professor sobre sua prática pedagógica.

A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve:

- I.** assumir um caráter processual, formativo e participativo;
- II.** ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III.** utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV.** fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V.** assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
- VI.** promover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;
- VII.** assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos componentes curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;
- VIII.** possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade.

Na apreciação de aspectos qualitativos é levada em conta a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, a capacidade de análise e síntese, além de outras habilidades; devendo ser evitado a aferição de dados apenas memorizados, pois, é nos aspectos quantitativos que devem ser levados em conta o volume de aprendizagem e de conhecimentos adquiridos. Por aspectos qualitativos entende-se o interesse, a assiduidade, a participação, estética, capacidade do aluno de se relacionar em grupo e a autoavaliação, instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino/aprendizagem. Por aspectos quantitativos entende-se o índice de aproveitamento referente aos parâmetros estudados.

A avaliação no desenvolvimento do aluno deve possibilitar:

- o replanejamento didático, visando garantir a efetividade do processo ensino-aprendizagem;

- a permanente informação ao aluno, quanto ao seu desempenho ou em relação aos objetivos do currículo;
- o planejamento dos estudos de recuperação paralela, de acordo com a necessidades do aluno, levando em consideração os estudos previstos no Plano de Intervenção Pedagógica.
- o fornecimento de dados para a auto avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

Os instrumentos de avaliação são elaborados pelos professores e orientados pela supervisora pedagógica, devendo utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, testes, provas, portfólios, exercícios, entrevistas, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando, utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias. Na elaboração dos instrumentos de avaliação é levado em conta a criatividade e o senso crítico dos alunos em relação aos assuntos abordados.

Para apresentar os resultados aos pais, é feita uma reunião com a participação de professores, da supervisora pedagógica e da diretora, em até três dias após o encerramento de cada um dos quatro bimestres. Estes resultados são apresentados por escrito, momento em que também são mostradas as estratégias do plano de intervenção pedagógica utilizado durante todo o ano letivo e a apresentação dos alunos destaques. Aos pais é garantido, em qualquer tempo, o acesso aos resultados das avaliações de aprendizagem de seus filhos.

As médias bimestrais e o resultado final dos anos iniciais são expressos em conceitos:

- **conceito A** – alcançou suficientemente os objetivos de ensino propostos;
- **conceito B** – alcançou parcialmente os objetivos de ensino propostos;
- **conceito C** – com um pouco mais de esforço conseguirá alcançar os objetivos de ensino propostos.

As médias bimestrais e o resultado final dos alunos dos anos finais são expressas em notas, no valor de vinte e cinco pontos por bimestre, totalizando cem pontos anuais; divididos em provas, conceitos e trabalhos de pesquisas. Para aprovação, o aluno deverá alcançar cinquenta pontos em cada disciplina.

A avaliação na Pré-escola será mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Os registros bimestrais e finais da verificação de desempenho escolar serão feitos através de fichas individuais de acompanhamento e verificação da aprendizagem para a Educação Infantil e para os Ciclos da Alfabetização e Complementar. E para os anos finais será na ficha individual do aluno e caderneta escolar.

A escola e os professores, com apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos, no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, e ainda:

- I. criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentam baixo desempenho escolar;
- II. organizando agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma;
- III. adotando as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática”.

A Escola proporcionará aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre e no período de férias, a saber:

- I. estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino e aprendizagem, constituídos e de atividades especificamente programadas para atendimento ao aluno ou grupos de alunos que não adquiriram as aprendizagens básicas com estratégias adotadas em sala de aula;
- II. estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período;
- III. estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente, quando as estratégias de intervenção pedagógica previstas não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem dos alunos.

Em todos os seus aspectos e instrumentos, a avaliação deve ser para o aluno o ponto de partida para formação de consciência, conquistas e possibilidades de avanço.

O sucesso do aluno é o resultado de ações desenvolvidas pela escola e pela família. Portanto, essa escola tem como função social a promoção do ser humano, dando a este a oportunidade de crescimento profissional e pessoal, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e soberana.

Considerações Finais

Este Projeto Político Pedagógico reflete os sonhos e ideais de todos os representantes dos segmentos da escola: direção, supervisão, corpo docente e discente, auxiliar de secretaria, auxiliares de serviços gerais, pais e outros que direta ou indiretamente, fazem parte dessa escola. A qualidade de atuação da Escola Municipal Ângelo Ricardo não depende somente da vontade de uma ou de outra pessoa, mas da participação conjunta de todos os interessados em oferecer um ensino de qualidade.

Atendendo à necessidade de tornar a Escola Municipal Ângelo Ricardo um lugar onde a aprendizagem aconteça de fato, durante todo o tempo escolar, este Projeto Político Pedagógico foi elaborado com a realização de reuniões onde aconteceram muitas trocas de experiências entre todos os representantes da comunidade escolar.

Consideramos de relevante importância a execução deste Projeto Político Pedagógico, pois até aqui tem sido produtiva a experiência de aglutinar pessoas, ideias e ideais e de transformar os sonhos em realidade para o desenvolvimento integral de nossos alunos.

Será prioridade colocar este PPP em prática para garantir uma educação de qualidade com ética e justiça social. Portanto, este Projeto Político Pedagógico não está pronto e acabado, mas constitui-se em um norte para seguirmos na construção de uma escola democrática que tanto almejamos.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional**. Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 75, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 30/06/2014.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 13/8/2014.

BARRETO, E. S. S. **Propostas curriculares oficiais**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995.

_____. **Tendências recentes do currículo no ensino fundamental no Brasil**. In: BARRETO, E. S. S. (org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas: Autores Associados: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

_____. **A Participação na Escola: Transformações para a Melhoria da Qualidade da Educação**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 26/5/2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº. 8.069 de 13/07/1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

BRASIL. MEC – Ministério da Cultura. **Referências Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**, in Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, nº. 9, março de 1979, p. 33-48.

Decreto 6571/2008 – **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado**, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007

DOURADO, Luiz Fernandes. **A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 9/7/2014.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes de; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Gestão escolar democrática: Definições, Princípios, Mecanismos de sua Implementação**. Escola de Gestores da Educação Básica.

FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia A. da S. (orgs.). **Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e Compromissos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 - (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir. **Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã**. Jornal Folha de São Paulo em 20/04/1998 (Caderno Cotidiano p. 1) Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília.

GONÇALVES, Juçara dos Santos. CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 25/5/2014.

Guia de Orientação valor regimental, de dezembro de 2013 - **Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**.

Instrução Nº 01/2014 – Secretaria Municipal de Educação - **Orientação do Processo de Eleição dos Membros dos Colegiados das Escolas Municipais de Frutal – 2014**.

KOHL, Marta de Oliveira. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos, **Organização e Gestão da Escola. Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 5ª Ed., 2004.

MINAS GERAIS – Secretaria de Estado da Educação – **Estrutura de Apoio às Escolas – Programa de Intervenção Pedagógica/Alfabetização no Tempo Certo**, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília MEC/SEB, 2004, p. 31-35 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte V).

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 15/7/2014.

NAVARRO, Ignez Pinto. **“Gestão da educação escolar” – BRASIL**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: UnB/CEAD, 2006, p.22.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 24/5/2014.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o Projeto Político Pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002 (Guia da Escola Cidadã; v.7).

Resolução Secretaria Municipal de Educação/Frutal N°. 01, de 2 de janeiro de 2013.

Resolução CNE/CEB 04, 02 de outubro de 2009; **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.**

Resolução CEE N°. 449, de 01 de agosto de 2002 - **Fixa normas para credenciamento e credenciamento de instituições escolares, autorização para funcionamento.**

Resolução SEE nº 2318 de 13/05/2013 – **Estabelece normas para realização do Cadastro Escolar.**

SILVA, Carlos. **A Inserção da Saúde no Projeto Político Pedagógico da Escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 07/08/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo Souza. **Caminhos Possíveis na construção da Gestão democrática da Escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27/5/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Planejamento e trabalho coletivo. Texto: Caminhos Possíveis na Construção da Gestão Democrática da Escola**. Curitiba: Ed. Da UFPR. 2005, p. 15-22. 68 p. – (Gestão e avaliação da escola pública). Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 3/7/2014.

Veiga, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe: Instrumentos da Organização do Trabalho**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 9/7/2014.



CALENDÁRIO - 2014

ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO RICARDO

Portaria nº 03/07 de 12/05 - Portaria nº 721/01 de 30/08/01

BR 153 km 184 – Chapadão Município de Frutal – MG CEP 38200-000 Tel: (34) 3459-0522

Educação Infantil / Ensino Fundamental

Ano Letivo: 200 dias - 1º semestre: 100 / 2º semestre: 100

Janeiro							Fevereiro – 20 dias							Março – 19 dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1							1
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29
														30	31					
Abril – 19 dias							Maio – 21 dias							Junho – 08 dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7
6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31	29	30					
Julho – 13 dias							Agosto – 22 dias							Setembro – 23 dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5						1	2		1	2	3	4	5	6
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30				
							31													
Outubro - 20 dias							Novembro – 20 dias							Dezembro - 15 dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1		1	2	3	4	5	6
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	9
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31			
							30													

Legenda:

- Início e término do ano escolar ☺
- Início e término do ano letivo
- Descanso Semanal / Feriado Nacional e Municipal
- Recesso Escolar / Férias Escolares
- Dias Escolares: Planejamentos e Capacitação
- Abertura do Encontro de Educadores, às 19 h
- Feira Multidisciplinar
- X Expciência 28/11
- Formatura Educação Infantil
- Reunião de Pais
- Módulos
- Conselho de Classe
- 29/03** Dia da Família na Escola / Assembléia Geral
- 10/05** Comemoração Dia das Mães
- 17/10** PROLER
- 11/06** Festa Junina
- 09/08** Comemoração Dia dos Pais
- 06/09** Desfile - Comemoração Cívica "Independência do Brasil"
- 11/10** Comemoração Dia da Criança
- 20/11** Dia da Consciência Negra

Reelaboração do PIP – Plano de Intervenção Pedagógica
Dia D – Apresentação do PIP à Comunidade Escolar

Frutal, 05 de fevereiro de 2014.

Fabiane Raquel Oliveira Assunção
Diretora: Aut. 477693



ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO RICARDO

Situação Legal: Portaria nº 03/07 de 12/05/07 - Portaria nº 721/2 001 de 31/08/01

BR 153, km 181 - Fone (034) 3459-0522

CEP: 38.200-000 - Frutal – Minas Gerais

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 9394/ 96, de 20/12/96;

Resolução CNE/CEB nº 7, de 14/12/2010 e Resolução SME/Frutal nº 01, de 02 de janeiro de 2013.

MATRIZ CURRICULAR 2014 - EDUCAÇÃO INFANTIL

	2º Período	OBSERVAÇÕES
Carga Horária Anual	800 horas	
Dias Letivos Anuais	200 dias	
Formação Pessoal Social Conhecimento de Mundo	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade e Autonomia • Movimento • Música • Artes Visuais • Linguagem Oral e Escrita • Natureza e Sociedade • Matemática 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dias Letivos /Anual: 200 2. Carga Horária / Anual: 800 h 3. Semanas letivas: 40 4. Dias Letivos / Semanal: 05 5. Duração do Intervalo / Recreio: 20 min 6. Duração do Turno: 4h20 min

Data: Frutal, 12 de fevereiro de 2014.

Diretora: _____

Fabiane Raquel Oliveira Assunção

Diretora - Aut. 477693

Inspetora: _____

ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO RICARDOMATRIZ CURRICULAR 2014 - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

		Ciclo da Alfabetização			Ciclo Complementar		OBSERVAÇÕES
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	
C.H. Anual		800 h	800 h	800 h	800 h	800 h	1. Dias Letivos /Anual: 200 2. Semanas letivas: 40 3. Dias Letivos / Semanal: 05 4. Carga Horária / Anual: 800 h 5. Carga Horária / Diária: 4 h 6. Duração do Intervalo / Recreio: 20min 7. Duração do Turno: 4h20min
Dias Letivos Anuais		200	200	200	200	200	
Total Carga Horária		2.400 h			800 h	800 h	
Total Dias Letivos		600			200	200	
Compo nentes Curricul ares	Linguagens	. Língua Portuguesa . Arte . Educação Física			. Língua Portuguesa . Arte . Educação Física . LEM: Inglês		
	Matemática	. Matemática			. Matemática		
	Ciências da Natureza	. Ciências			. Ciências		
	Ciências Humanas	. Geografia			. Geografia		
		. História			. História		
		. Ensino Religioso			. Ensino Religioso		
Parte Diversificada	. Literatura				===		

Data: Frutal, 12 de fevereiro de 2014.

Assinaturas:

Diretor(a): _____
Fabiane Raquel Oliveira Assunção
Diretora - Aut. 477693

Inspetor(a): _____

MATRIZ CURRICULAR 2014 – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

LEGENDA

AS: Módulo Aula Semanal

Duração Módulo/Aula: 50

Dias Semanais: 05

CHA: Carga Horária Anual

Dias Letivos: 200

Nº de Semanas: 40

ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS E CARGA HORÁRIA							
		Ciclo Intermediário				Ciclo da Consolidação			
		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Linguagens	Língua Portuguesa	5	166:40	5	166:40	5	166:40	4	133:20
	Arte	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20
	LEM: Inglês	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
	Educação Física	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
Matemática	Matemática	5	166:40	5	166:40	5	166:40	4	133:20
Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
Ciências Humanas	História	2	66:40	2	66:40	2	66:40	3	100:00
	Geografia	2	66:40	2	66:40	2	66:40	3	100:00
Ensino Religioso		1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20
Parte Diversificada	Técnicas Agrícolas	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
TOTAL MÓDULOS / HORAS		25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20

Data: Frutal, 12 de fevereiro de 2014.

Assinaturas:

Diretor(a): _____

Inspetor(a): _____

Fabiane Raquel Oliveira Assunção

Diretora - Aut. 477693

ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO RICARDO

Situação Legal: Portaria nº 03/07 de 12/05/07 - Portaria nº 721/2001 de 31/08/01

Endereço: BR 153, km 181 Fone / Fax (0**34) 3459-0522

38.200-000 - Frutal - Minas Gerais

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 9394/ 96, de 20/12/96;

Resolução CNE/CEB nº 7, de 14/12/2010 e Resolução SME/Frutal nº 01, de 2 de janeiro de 2013.

emarfrutal@hotmail.com

Situação Legal: Portaria nº 03/07 de 12/05/07 - Portaria nº 721/2001 de 31/08/01

Endereço: BR 153, km 181 Fone / Fax (0**34) 3459-0522

38.200-000 - Frutal - Minas Gerais

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 9394/ 96, de 20/12/96;

Resolução CNE/CEB nº 7, de 14/12/2010 e Resolução SME/Frutal nº 01, de 2 de janeiro de 2013.

[Email: emarfrutal@hotmail.com](mailto:emarfrutal@hotmail.com)